

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELOISA FRANÇA DE SOUZA

**ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO
CRICIUMENSE DE TRANSPORTE URBANO – ACTU**

CRICIÚMA

2013

ELOISA FRANÇA DE SOUZA

**ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO
CRICIUMENSE DE TRANSPORTE URBANO – ACTU**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Professor Esp. Luciano da Rocha Ducioni.

CRICIÚMA

2013

ELOISA FRANÇA DE SOUZA

**ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO
CRICIUMENSE DE TRANSPORTE URBANO – ACTU**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Responsabilidade Social.

Criciúma, 29 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professor Luciano da Rocha Ducioni – Especialista – Orientador

Professora Katia Aurora Dalla Libera Soratto - Mestre

Professora Rosane Deoclesia Aléssio DalToé - Mestre

Dedico este trabalho aos meus pais Zalir e Rosemari.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem acreditado em mim, e me apoiado sempre.

Agradeço ao meu companheiro Dailson pela cumplicidade, paciência e ter respeitado minha ausência em muitos dias.

A Maria Carolina e Gustavo por me darem a oportunidade de crescer profissionalmente.

Ao meu orientador Luciano, por sua paciência, dedicação e competência que tanto me auxiliou na realização deste trabalho.

“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.”

Karl Marx

RESUMO

SOUZA, Eloisa França de. **Estudo sobre a responsabilidade social na Associação Criciunense de Transporte Urbano – ACTU**. 2013. 57p. Orientador: Luciano da Rocha Ducioni. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC

Diante do desenvolvimento em todo mundo, inclusive no Brasil, o Terceiro Setor tem um papel fundamental, voltado para a sociedade com a finalidade de minimizar as diferenças sociais. Além disso, existem informações econômicas que precisam ser controladas e divulgadas aos usuários internos e externos da forma mais transparente possível.

Tem-se então a contabilidade que é de extrema importância, pois tem a finalidade de atender as exigências formais e legais, oferecer informação de qualidade, garantindo transparência e credibilidade nas atividades desenvolvidas por estas entidades. O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva, usando o método qualitativo. A pesquisa desenvolvida assumiu a postura de estudo de caso. A presente pesquisa teve por finalidade analisar a legislação pertinente a associações, sua importância em um ambiente de responsabilidade social.

O estudo de caso deste trabalho demonstra a importância de um projeto de responsabilidade social desenvolvido por empresas reunidas em uma associação.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Terceiro Setor. Projeto Turminha do Futuro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pirâmide de Carrol.....	18
Figura 2 – Modelo Conceitual – <i>stakeholder</i>	24
Figura 3 – Modelo da teoria dos <i>stakeholders</i>	25
Figura 4 – Material didático.....	38
Figura 5 – Mochila personalizada.....	38
Figura 6 – Ônibus Amarelinho.....	39
Figura 7 – Capacitação de professores em 2013.....	40
Figura 8 – Apresentação da ACTU para as crianças.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Responsabilidade Social Interna e Externa.....	16
Quadro 2 – Investimento inicial no projeto Turminha do Futuro.....	41
Quadro 3 – Participantes das viagens do projeto desde sua implantação.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTU	Associação Criciumense de Transporte Urbano
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
GIFE	Grupo de Institutos e Fundações Empresariais
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ITG	Interpretação Técnica Geral
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
RITS	Rede de Informações para o Terceiro Setor
SAC	Sistema de Atendimento ao Cliente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	14
2.1.1 A Contabilidade e a responsabilidade social e ambiental das empresas .	18
2.1.2 Histórico da responsabilidade social	20
2.1.3 Razões para prática da responsabilidade social	21
2.1.4 Stakeholders e a responsabilidade social	23
2.2 AS ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCRO.....	26
2.2.1 Aspectos jurídicos	27
2.2.2 A escrituração contábil da entidade sem finalidade de lucros	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	33
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	34
4 ESTUDO DE CASO “A FANTÁSTICA VIAGEM DA TURMINHA DO FUTURO RUMO AO MUNDO DO SABER”	35
4.1 ASSOCIAÇÃO CRICIUMENSE DE TRANSPORTE URBANO – ACTU	35
4.2 DA FILANTROPIA À RESPONSABILIDADE SOCIAL	35
4.2 PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	36
4.3 ESTRUTURAÇÃO E INFRAESTRUTURA FÍSICA	37
4.4 CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	39
4.5 OS INVESTIMENTOS	40
4.6 RESULTADOS ALCANÇADOS	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO	51

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo especifica o tema, o problema e os objetivos do estudo. Em seguida, apresenta-se os argumentos que justificam a relevância, viabilidade e oportunidade do tema.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No Brasil, algumas empresas preocupam-se com a necessidade de posicionarem-se e contribuírem para o bem estar social. Esta percepção da sociedade civil e da iniciativa privada em implementar políticas públicas visando solucionar os problemas sociais, tem se tornado peça chave, por meio de uma consciência empresarial responsável, com ações voltadas para atender a comunidade em geral, preservar os direitos humanos e o meio ambiente, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

As organizações devem estabelecer padrões éticos, com valores e políticas organizacionais que respeitem as pessoas, preserve o meio ambiente e mantenham um relacionamento positivo com clientes, acionistas, funcionários, fornecedores, comunidade e governo, tem-se então a responsabilidade social.

Responsabilidade social são todas as ações que a empresa pratica além da sua obrigação legal. Essa prática nas empresas brasileiras indica para um grande diferencial competitivo.

A preocupação dos empresários com a ação social e a preservação ambiental mostra que o objetivo organizacional pode ir além do lucro principalmente no que diz respeito à responsabilidade social externa que se refere aos investimentos em projetos ou organizações sem fins lucrativos, e está diretamente relacionada com a participação no desenvolvimento de ações na comunidade.

A Associação Criciumense de Transporte Urbano - ACTU foi criada a partir da necessidade de unir ideais e objetivos das empresas que atuam no Transporte Coletivo Urbano de Criciúma. A Auto Viação Critur Ltda, Expresso Coletivo Forquilha Ltda, Expresso Rio Maina Ltda e Zelindo Trento e Cia Ltda são as empresas fundadoras da ACTU, e entre as várias funções da ACTU está a operacionalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Neste contexto pretende-se responder à seguinte questão: Qual a forma de funcionamento da ação de Responsabilidade Social adotada pela Associação Criciumense de Transporte Urbano – ACTU, intitulada “A fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber”?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho consiste em realizar um estudo a fim de apresentar o projeto de responsabilidade social “a fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber” da ACTU – Associação Criciumense de Transporte Urbano. Para atingir este objetivo, sintetizam-se os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a legislação pertinente a respeito de Associações;
- Analisar a importância de um ambiente de Responsabilidade Social;
- Descrever os passos para criação do projeto de Responsabilidade Social que a ACTU - Associação Criciumense de Transporte Urbano oferece ao município de Criciúma

1.3 JUSTIFICATIVA

A Responsabilidade Social está presente em algumas organizações preocupadas com ações sociais, cada vez mais existindo um interesse e um comprometimento das empresas com o tema tornando-se assim um diferencial competitivo, em que as organizações se obrigam a seguir atitudes éticas, transparentes e envolvidas com a sociedade.

Do mesmo modo, as pessoas procuram organizações socialmente responsáveis que respeitem os consumidores e preocupam-se com a preservação dos recursos ambientais.

Esse tema é de fundamental seriedade, pois trata não só de uma vantagem competitiva para a empresa, como também de questões importantes, como o fato de que toda a população, até mesmo gerações futuras, estarão se beneficiando com pequenas ações realizadas hoje pelas empresas.

O relatório setorial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2000, p. 4) sobre empresas, responsabilidade corporativa e investimento social aborda que o conceito de responsabilidade:

Expressa compromissos que vão além daqueles já compulsórios para as empresas, tais como o cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, da legislação ambiental, de uso dos solos e outros. Expressa, assim, a adoção e difusão de valores, condutas e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental.

O estudo apresenta-se viável ao pesquisador, pois o mesmo possui acesso as informações indispensáveis para a pesquisa, autorização das empresas associadas à ACTU, livros e fontes de consulta que abordam o tema.

Pode-se dizer que a escolha do tema torna-se importante para o pesquisador, pois lhe proporciona a ampliação de seu conhecimento na área de responsabilidade social, que segundo Ashley (2005, p. 8) tem se tornado um diferencial entre as organizações, pois apesar de terem investido e confiado no projeto ainda não possuem nenhum estudo de seu retorno ante a sociedade em que atuam.

A ACTU - Associação Criciumense de Transporte Urbano percebeu a necessidade de atitudes socialmente responsáveis e desenvolveu uma responsabilidade social externa, que se refere aos investimentos em projetos ou organizações sem fins lucrativos, e está diretamente relacionada com a participação no desenvolvimento de ações na comunidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Depois de formulado o problema, deve-se fundamentar teoricamente o estudo, por meio de análise e exposição de teorias e pesquisas desenvolvidas das quais ele se enquadra, também se deve compartilhar com o leitor os resultados de estudos comentados daquilo que já foi desenvolvido referente ao tema. (LUCIO; SAMPIERI; COLLADO, 2006).

A fundamentação desta pesquisa inicia-se sobre o conceito de responsabilidade social dentro das organizações. É discutido também seu desenvolvimento e suas características. Posteriormente o estudo concentra-se na responsabilidade social corporativa e os indicadores de desempenho da prática social, ético e ambiental da ACTU – Associação Criciumense de Transporte Urbano.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Responsabilidade Social atualmente ocupa espaço em todas as áreas empresariais, por se tratar de uma questão que preza pela ética e o comprometimento das organizações com a sociedade.

Nas organizações a responsabilidade social acontece quando os empresários vão além do lucro para o bem estar da comunidade onde atuam ao agregarem valor ao negócio (DAHER, 2006)

Conforme Almeida (1999 *apud* TOLDO, 2002, p. 82) responsabilidade social é:

o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

O Instituto Ethos (2000) define o termo responsabilidade social empresarial como sendo a forma de gestão orientada pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos envolvidos e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, de maneira a resguardar os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e contribuindo para minimizar as desigualdades sociais.

O posicionamento de cada organização está ligado aos princípios e valores da cultura predominante em sua gestão e do perfil cultural e legal do contexto em que ela realiza suas operações de negócios, refletindo-se na orientação estratégica para a responsabilidade social e empresarial.

Salienta Ashley (2005, p. 03), que

muito se tem falado nas responsabilidades das empresas perante seus funcionários, acionistas, clientes, enfim, todos os *stakeholders* tomados no sentido mais geral possível do termo, o que englobaria, no limite, a sociedade como um todo e até o mundo, hoje cada vez mais globalizado. A preocupação com princípios éticos, valores morais e um conceito abrangente de cultura é necessário para que se estabeleçam critérios e parâmetros adequados para atividades empresariais socialmente responsáveis.

Essas hipóteses apontam para a necessidade de ações empresariais que tenham uma leitura do contexto mundial em que se encontram para que possam assumir sua responsabilidade nesse panorama.

O termo Responsabilidade Social Empresarial tem ganhado grande destaque na atualidade. Estes devem ser realizados de forma ética, de acordo com posicionamentos, cada vez mais, “universalmente” aceitos como apropriados. Nesse sentido, deve levar em consideração os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a ética e a responsabilidade sobre as escolhidas empreendidas em cada faceta do “mundo” dos negócios, entre outros aspectos.

As atitudes de uma organização precisam ter como características como coloca Ashley (2005, p. 7):

Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos (entendidos da maneira mais ampla possível); promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade; respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo; maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governantes ou isoladamente.

Cabe destacar, que não se deve confundir responsabilidade social empresarial com filantropia, mesmo que a primeira tenha surgido do filantropismo. Segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2008), a empresa pratica a filantropia quando as suas ações estão voltadas apenas para o ambiente externo da empresa, tendo como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas e organizações.

Uma conceituação da responsabilidade social é apresentada por Barbosa e Rabaça (2001 apud TENÓRIO, 2004, p. 25):

A responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social.

Pode-se abordar a questão da responsabilidade social das empresas sob duas dimensões: a responsabilidade social interna e a responsabilidade social externa.

A responsabilidade social interna se refere ao trabalhador inserido no espaço organizacional, às condições de trabalho e benefícios, entre outros aspectos. A responsabilidade social externa refere-se aos investimentos em projetos ou organizações sem fins lucrativos, e está diretamente relacionada com a participação no desenvolvimento de ações na comunidade. Tais conceitos encontram sustentação em Melo Neto e Fróes (2005), ao destacarem que a gestão da Responsabilidade Social compreende dois ambientes: o interno e o externo como no Quadro 1.

Quadro 1 – Responsabilidade Social Interna e Externa

Tipos de Responsabilidade Social	Foco	Principais Áreas de Atuação	Instrumentos	Tipos de Retorno
Interna	Público Interno (Empregado e seus dependentes)	<ul style="list-style-type: none"> — Educação — Salários e Benefícios — Assistência Médica, Social e Odontológica 	<ul style="list-style-type: none"> — Programas de RH — Planos de Previdência 	<ul style="list-style-type: none"> — De Produtividade — Para os Acionistas
Externa	Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> — Educação — Saúde — Assistência Social — Ecologia 	<ul style="list-style-type: none"> — Doações — Programas de Voluntariado — Parcerias — Programas — Projetos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> — Social Propriamente Dito — De Imagem — Publicitário — Para Acionistas

Fonte: Melo Neto e Fróes (2005, p.87).

Uma economia dependente das suas relações sociais tanto interna quanto externamente, que conforta não somente nas relações com o mercado, mas

também a importância da vida humana, a busca da responsabilidade social corporativa tem as seguintes características, conforme destacadas no Instituto Ethos (2008):

a) Pluralidade:

- Empresas não devem satisfazer apenas aos seus acionistas. O mercado deve prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que se veicula;
- Empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.

b) Distributiva:

- A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva;
- Não somente o produto final deve ser abalizado por fatores ambientais ou sociais.

c) Sustentabilidade:

- Responsabilidade social “anda de mãos dadas” com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla;
- Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.

d) Transparência:

Não bastam apenas os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção e/ou compensação de acidentes;

- Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos prevêem que relatórios sócio-ambientais serão compulsórios num futuro próximo.

Ressalta-se ainda que a responsabilidade social pode ser visualizada por meio de uma pirâmide. A pirâmide da responsabilidade social empresarial que conforme Fedato (2005) divide-se em quatro níveis: econômico, legal, ético e

discricionário, iniciando a ela a obrigatoriedade e chegando à responsabilidade assumida por vontade e escolha própria.

A responsabilidade econômica significa a base para todas as outras e reflete a necessidade da empresa zelar pela saúde financeira e estratégica para garantir sua sobrevivência e crescimento no mercado. O segundo nível, a responsabilidade legal, significa que a empresa deve ser responsável pela adequação de suas ações à legislação vigente, incluindo sua relação com governo, consumidores, fornecedores e outros *stakeholders*, em especial aqueles cujas relações sejam regulamentadas pela lei. Atender estes dois níveis de responsabilidade significa cumprir os requisitos da sociedade, de suas normas e leis para viabilizar a atuação da organização em diferentes segmentos da sociedade. (BORGER, 2008).

Na Figura 1, a pirâmide de Carrol, ilustra-se:

Figura1 – Pirâmide de Carrol



Fonte: Archie B. Carrol (1991).

Nota-se que responsabilidade social são todas as ações que a empresa pratica além da sua obrigação legal.

2.1.1 A Contabilidade e a responsabilidade social e ambiental das empresas

No ambiente organizacional moderno, a figura do contador pode-se ressaltar como um profissional de liderança no processo decisório, ao invés de um simples controlador/demonstrador numérico. Com a adoção de uma postura ética e

pró ativa, seu papel de destaque dentro das organizações pode ajudar a implantar e desenvolver os ideais de responsabilidade social e ambiental.

Um ponto importante na responsabilidade social é a transparência empresarial, pois, segundo Rocha e Goldschmidt (2010), para ser transparente em sua responsabilidade social o gestor deve apresentar periodicamente relatórios e balanços sociais da empresa, onde constam informações sobre investimentos e realizações nas áreas socioambientais.

As organizações se utilizam de ferramentas para divulgar a responsabilidade sócio ambiental, que, segundo Adams, Hill e Roberts (1998), podem ser chamados de Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Socioambiental.

No Brasil, a partir de 2003, alguns setores já começaram a divulgar os balanços sociais, tais como os setores de energia.

De acordo com o item 1.5.1.3. da Resolução CFC – Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/04: "A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma".

O Balanço Social deve conter dados qualitativos e quantitativos sobre o desempenho da organização nas áreas sociais e ambientais (OLIVEIRA, 2008). O Balanço Social é auxiliar nas tomadas de decisões de investimento e governança na empresa.

Segundo Oliveira (2008), o relatório social é tão importante que o índice *Dow Jones*, um dos principais indicadores dos movimentos do mercado americano, nos Estados Unidos da América, criou um índice de sustentabilidade para as empresas, a *Dow Jones Sustainability World Index* e na Inglaterra foi instituído o índice *Financial Times and the London Stock Exchange - FTSE4Good*.

Como pioneira na América Latina, a Bolsa de Valores São Paulo criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Brasil no ano de 2005.

Os profissionais da contabilidade devem conforme Mussolini (1994, p. 73):

Utilizar a Contabilidade, segundo seu conteúdo teórico, técnico e prático, como meio de alavancar o desenvolvimento econômico, através da adequada utilização das ferramentas da Contabilidade Financeira e

Gerencial, mas também devem estar atentos para executar estas funções de forma ética e socialmente responsável.

Afirma Srour (1998, p. 294) que “a responsabilidade social remete, em síntese, à constituição de uma cidadania organizada no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo”.

Na maioria dos casos, as organizações só atuam de forma socialmente responsável, quando sofrem pressões das pessoas envolvidas no processo produtivo ou da própria sociedade (SROUR, 1998).

Então a contabilidade além de registrar os fatos contábeis, ela também pode auxiliar no desenvolvimento de um processo de responsabilidade social.

2.1.2 Histórico da responsabilidade social

Durante a maior parte do século XX até as décadas de 1960 e 1970 as empresas tinham uma visão restrita de mercado, pois valorizavam o retorno financeiro mediante aos produtos e serviços oferecidos. O foco consistia na otimização da produção e o lucro. Algumas mudanças na época começaram a ocorrer, principalmente a partir da década de 1970. O destaque desta mudança foi o comportamento do consumidor que passou a se tornar mais exigente. Neste sentido, as organizações passaram a valorizar e atentar para as necessidades dos clientes (SANTOS, 2007).

A partir de 1990, a responsabilidade social se torna mais intensa. É nesta época que surgem as primeiras manifestações no Brasil. Coincidentemente nesta época é consolidado o modelo econômico neoliberal, que surge por meio de políticas que passaram a garantir os direitos sociais dos cidadãos, chamada de sociedade civil (SERPA; FORNEAU, 2007).

Neste período são criadas as organizações que buscam promover as práticas de responsabilidade social como o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) (SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011).

Segundo Tenório (2004, p. 14) a atuação social empresarial surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Nesse sentido:

com o esgotamento do modelo industrial e desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evoluiu, passando a incorporar os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das corporações. Assim, além do

filantropismo, desenvolveram-se conceitos como voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e, por último, desenvolvimento sustentável.

Esta nova forma de conscientização social e ambiental abordada no começo do século passado gerou uma transformação de rumo nas estratégias organizacionais.

Comenta Martins (2008, p.11)

de modo algum, a responsabilidade social evolui para que as empresas tivessem mais lucros. Mas em mercado irreversivelmente globalizado, e em que tudo pode ser acompanhado ao vivo pela mídia, praticar a responsabilidade social e ambiental tornou-se condição de sobrevivência para os negócios. E, com políticas sérias de responsabilidade social e ambiental, empresas tornaram-se mais lucrativas para os acionistas, e ao mesmo tempo foram sendo bem vistas por consumidores e sociedade em geral.

Para Beuren, na citação de apresentação do livro de Karkotli e Aragão (2004. p. 9) comenta que “no mundo globalizado, em que predominam as novas tecnologias da produção, da informação e da comunicação, a responsabilidade social das organizações assume papel de destaque.”

Essa mudança ao longo dos anos resultou hoje em uma economia dependente das suas relações sociais tanto interna quanto externamente, que conforta não somente nas relações com o mercado, mas também a importância da vida humana.

2.1.3 Razões para prática da responsabilidade social

As organizações hoje, visando sua sobrevivência no mercado estão investindo em outros atributos que estão além do preço e da qualidade dos produtos oferecidos: confiabilidade, acompanhamento de pós-venda e produtos ambientalmente corretos. Também estão adotando medidas de preservação do meio ambiente e valorizando mais certas práticas ligadas ao ambiente interno, como a segurança e o bem-estar de seus colaboradores.

Para Ashley (2005, p.5) “as companhias experimentam novas práticas de gestão, processos de produção mais eficientes e diferentes tecnologias de mercado”.

De acordo com Adams (2007, p. 35):

A empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de

segurança e saúde para os trabalhadores e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

O autor complementa dizendo que “a experiência das últimas duas décadas evidencia amplamente que não é o maior crescimento econômico, mas a qualidade deste, que determina a medida do aumento do bem-estar” (ADAMS, 2007, p. 26).

É através da sociedade que a empresa se viabiliza – consome os recursos naturais existentes, que constituem o patrimônio natural desta sociedade – e utiliza os recursos de capital, de tecnologia e de mão-de-obra, que são parte do seu patrimônio cultural, social e econômico. [...] A empresa deve financiar projetos sociais porque é certo, justo e necessário assim proceder (MELO NETO; FROES, 2005, p.84).

Estas difusões de ações com característica de responsabilidade social vêm recebendo espaço na mídia, dessa forma “muitas organizações socialmente responsáveis têm seus investimentos em programas sociais compensados por estes espaços que a mídia dedica gratuitamente” (GOMES; MORETTI, 2007).

A valorização da mídia também contribui para o crescimento do número de consumidores conscientes, que preferem produtos ou serviços de companhias socialmente responsáveis.

Para Melo Neto e Fróes (2005, p. 165),

ganhos de imagem corporativa; popularidade dos seus dirigentes, que se sobressaem como verdadeiros líderes empresariais com elevado senso de responsabilidade social; maior apoio, motivação, lealdade, confiança, e melhor desempenho dos seus funcionários e parceiros; melhor relacionamento com o governo; maior disposição dos fornecedores, distribuidores, representantes em realizar parcerias com a empresa; maiores vantagens competitivas (marca mais forte e mais conhecida, produtos mais conhecidos); maior fidelidade dos clientes atuais e possibilidades de conquista de novos clientes.

De acordo com Haniffa e Cooke (2005), existem três teorias que justificam o investimento por parte das empresas em programas de responsabilidade social, como: i) *Social contracting theory* (Teoria do contrato social) – empresa tem implicitamente estabelecido um contrato com a sociedade, que a obriga a conduzir a sua atividade dentro dos limites do que é justo; ii) *Accountability theory* (Teoria da prestação de contas) – é uma extensão da teoria do contrato social, porém considera também o cumprimento da lei; iii) *Legitimacy theory* (Teoria da legitimidade) – considerada uma extensão da teoria do contrato social, que defende que o desenvolvimento dos negócios das empresas precisam considerar todas as partes envolvidas e devem atender às exigências dos vários *stakeholders*, no

sentido de acolherem os interesses divergentes dos mesmos como forma de legitimar as suas ações de caráter empresarial.

Estas teorias explanam a necessidade do desenvolvimento de programas de responsabilidade social pelas empresas. Ao analisarem a responsabilidade social no contexto brasileiro, Serpa e Fourneau (2007) confirmam a teoria do contrato social ao concluírem, que quando a empresa destina recursos humanos e financeiros para contribuir com a sociedade onde atua, cumpre seu papel social. Dinato (2006) confirma a teoria da legitimidade ao afirmar que os programas de responsabilidade social aproximam às empresas de seus clientes, tornando-as mais humanas, na maioria das vezes essas empresas são tidas como: solidárias, responsáveis e éticas.

2.1.4 Stakeholders e a responsabilidade social

A responsabilidade social como vantagem competitiva torna-se alvo de diversos níveis de influências, tanto dentro quanto fora das organizações.

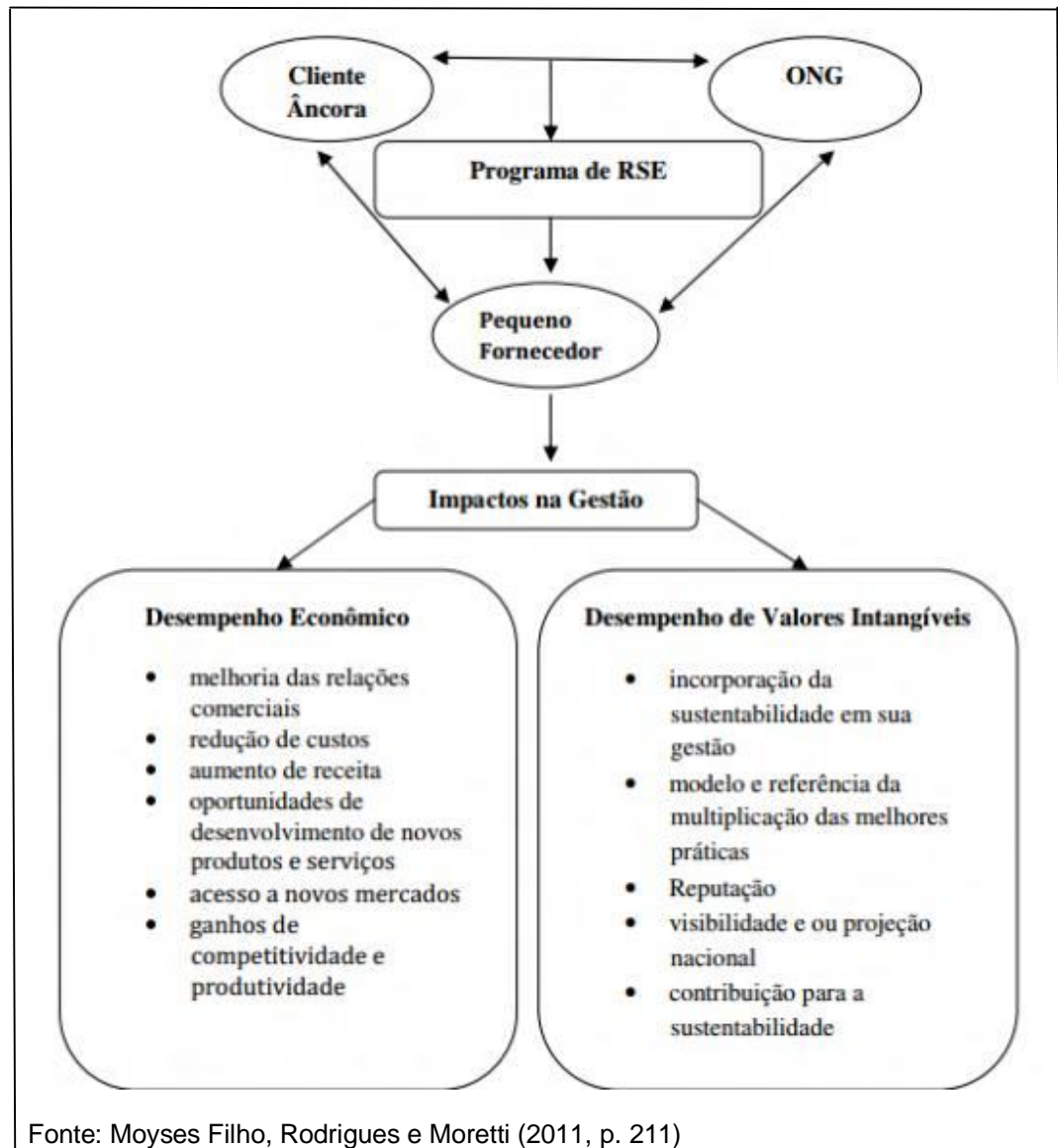
Em um ambiente organizacional existem grupos ou indivíduos que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa organização, estes são os chamados *stakeholders*, segundo Freeman, (1984, p. 25).

Neste contexto, ressalta Alencar (2012, p. 15):

A contabilidade tem o importante papel de auxiliar a administração para que seja eficiente e eficaz, além de produzir e divulgar informações que mostrem os resultados com clareza e segurança. Essa sinergia entre a contabilidade e a administração ocasiona confiança nos investidores e demais *stakeholders* e garante a sustentabilidade da Entidade.

Moyses Filho, Rodrigues e Moretti (2011), demonstram na Figura 2 um modelo conceitual: *stakeholder*.

Figura 2 - Modelo Conceitual – *stakeholder*.



Um programa de Responsabilidade Social proporciona a empresa benefícios econômicos e também valores intangíveis.

De acordo com Brondani; Trindade (2006), os principais usuários da informação contábil, também conhecidos como *stakeholders*, são:

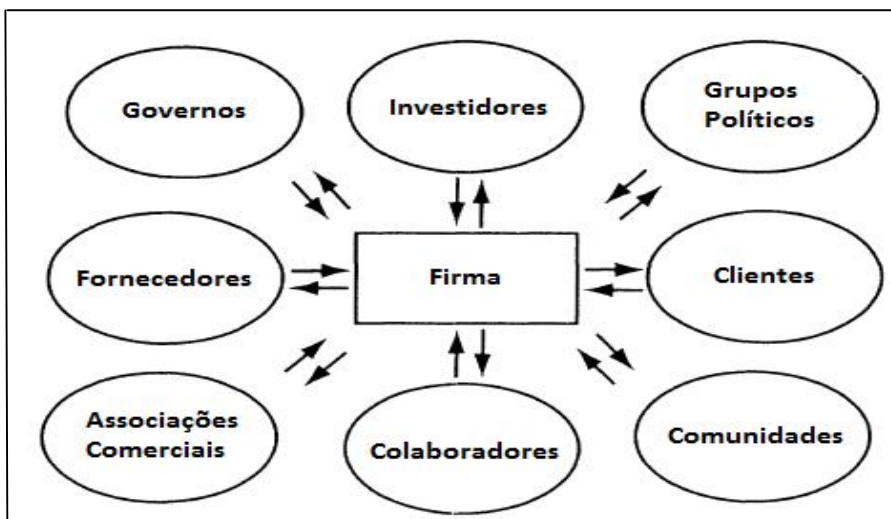
- a) governo: vê na contabilidade uma forma de controlar e determinar bases de cálculo para arrecadação. Com objetivo de gerar receita pública;
- b) investidores: primeiramente atraindo através do bom desempenho econômico-social da empresa, capital de terceiros, o que é de grande vantagem para a empresa, pois as despesas financeiras, oriundas de financiamento, representam um custo alto para a empresa.
- c) instituições financeiras: a concessão de empréstimos está condicionada a análise ao desempenho da empresa em relação ao meio ambiente.

O modelo de *stakeholders* proposta por Freeman (1984), é composto por três níveis de processos, e através destes processos as organizações procuram

gerenciar suas relações: 1. Buscar compreender e identificar quem são os *stakeholders* da organização e quais são seus interesses, 2. Identificar os processos que a organização utiliza para gerenciar os *stakeholders*, 3. Compreender o conjunto das transações que ocorrem entre a organização e os seus *stakeholders*.

A Figura 3, modelo da teoria dos *stakeholders*, nos apresenta uma empresa como papel central e os diferentes públicos de interesses.

Figura 3 –Modelo da teoria dos *stakeholders*.



Fonte: Adaptado de Freeman *apud* Busch e Ribeiro (2006).

Para Oliveira (2008, p. 94), *stakeholders* podem ser definidos como “grupos de interesse com certa legitimidade que exercem influência junto às empresas” e que pressionam proprietários, acionistas e gestores, intervindo, de alguma forma, nas direções da organização.

Stakeholders compreende aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (SAVAGE et al 1991).

De acordo com Oliveira (2008), na gestão amparada pelos *stakeholders*, a atenção deverá estar voltada simultaneamente tanto para os diversos *stakeholders*, quanto para as políticas gerais e responsabilidade social nas tomadas de decisões. Essa obrigação de atenção simultânea é fruto dos múltiplos objetivos, os quais deverão ser integrados pelo gestor, que deverá considerar sempre a responsabilidade social da empresa ou responsabilidade social corporativa. Portanto, a seleção das informações e sua exposição devem ser criteriosas para determinar impacto positivo e confiabilidade junto aos *stakeholders*.

A partir do momento que a empresa deixa de dialogar apenas com seus acionistas e se volta também para outros grupos de interesse, passando a ouvi-los e interagindo em seu cotidiano, essa organização ganha a confiança e a cooperação desse grupo (BORGES, 2012). Porém, a identificação deste grupo é fundamental para o planejamento estratégico das ações, sempre voltada para a conquista do mesmo (DAHER, 2006).

Portanto os *stakeholders* estão presentes em todas as etapas do processo de planejamento de uma empresa socialmente responsável.

2.2 AS ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCRO

As organizações sem fins lucrativos destacam-se ao ocupar cada vez mais lugar na sociedade. Recebem o nome de organizações do terceiro setor as entidades que não se classificam em entidades públicas e nem privadas e que não visam lucro.

De acordo com o item 2, da ITG 2002:

A entidade sem finalidade de lucros é aquela em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo, resultado proveniente da confrontação das receitas com as despesas, é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit.

Fernandes (1994) de uma maneira mais aprofundada salienta que as entidades sem fins lucrativos são criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e da expansão do seu sentido para outros domínios, principalmente, à incorporação da cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Ainda de acordo com Fernandes (1994):

A própria ideia de um terceiro setor está longe de ser clara na maioria dos contextos. Torná-la clara é tanto uma tarefa intelectual quanto prática, já que não fará sentido a menos que um número expressivo daqueles envolvidos venha a considerá-la uma ideia significativa.

Essas entidades destacam-se por possuir colaboradores envolvidos com esta atividade gerando assim uma participação maior na economia brasileira.

De acordo com a RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor – (2002) havia cerca de 250 mil organizações da sociedade civil no Brasil, empregando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

A importância dada ao tema é crescente, de acordo com Fischer e Falconer (1998, p.14):

Seja por pesquisadores que se interessam em gerar dados e pesquisas para caracterizar melhor o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social no Brasil, seja por dirigentes de organizações que querem aprimorar sua atuação, ou mesmo por cidadãos que pretendem começar a trabalhar voluntária ou profissionalmente nesta área.

Salamon (1998) apresenta cinco características denominadas estrutural/operacional e que fazem parte da organização do terceiro setor:

- Estruturadas: possuem algum tipo de formalidade de procedimentos e necessitam ter um sentido de permanência em suas atividades;
- Privadas; não possuem relação com o governo, porém possa receber recursos deles;
- Não distribuem lucros: o lucro gerado não pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes, todo o lucro deve ser revertido para a própria organização quando as receitas forem maiores que as despesas;
- Autônomas: existência independente do Estado ou de empresas, possuindo meios para controlar a própria gestão;
- Voluntárias: devem ter algum grau de participação voluntária, tanto no trabalho quanto no financiamento (doações).

Nos últimos anos, o terceiro setor cresceu e ganhou visibilidade despertando o interesse da comunidade científica no Brasil e originando assim os primeiros trabalhos sobre administração do terceiro setor (COELHO, 2000).

No entanto ainda deve-se explorar muito este campo. Falconer (1999) lista quatro aspectos principais a serem desenvolvidos na gestão do terceiro setor: *accountability*, que é uma maior transparência perante os *stakeholders*; um aumento significativo na qualidade dos serviços; a sustentabilidade financeira dos programas e o desenvolvimento da habilidade de articulação com organizações de outros setores da sociedade.

2.2.1 Aspectos jurídicos

As organizações do terceiro setor podem ser classificadas como entidades de interesse social sem fins lucrativos, tais como as associações e as fundações de

direito privado, elencadas no Artigo 44 do atual Código Civil Brasileiro, todas com autonomia própria, cuja finalidade é o atendimento a necessidades sociais.

Tais entidades se compõem de formas jurídicas distintas, em observância com as suas finalidades para com a sociedade, podendo ser associações ou fundações desde que previstas pelo Código Civil Brasileiro.

Delatorre (2002, p. 09) apresenta as formas jurídicas que compõe as organizações do terceiro setor no Brasil:

- a) Associação: Uma pessoa jurídica criada a partir da união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa;
- b) Sociedade Civil sem Fins Lucrativos: Da mesma forma que as associações, são pessoas jurídicas formadas a partir da união dos esforços de pessoas em prol de algum objetivo comum.
- c) Fundações: É um conjunto de bens com um fim já determinado e que a lei dá a condição de pessoa jurídica.

Segundo o item 3, da ITG 2002, a entidade sem fins lucrativos “é constituída sob a forma de fundação de direito privado, associação, organização religiosa, partido político e entidade sindical”.

O artigo 1º da Lei Nº 9.637, de 15 de maio de 1998 dispõe que são entidades associativas ou fundacionais que firmam contrato de gestão com o Estado. Trata-se de qualificação concedida pelo Poder Executivo Federal às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos que desempenhem atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

Essas organizações devem possuir ato constitutivo e preencher alguns requisitos conforme os dispostos no artigo 2º da Lei Nº 9.637, de 15 de maio de 1998:

- a) comprovar a natureza social de seus objetivos ligados à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) a previsão de órgãos de deliberação superior e de direção, de modo que o Poder Público e membros da comunidade participem por meio de representantes escolhidos respectivamente pelo Estado e pela sociedade civil com, pelo menos ¼, dos membros natos;
- d) publicação dos relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão no Diário Oficial da União;
- e) aceitação de novos associados, em se tratando de associação;
- f) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese;
- e g) em casos de extinção ou desqualificação, previsão de incorporação de bens por outra organização social de mesma área de atuação ou pelos entes federativos.

A Lei n.º 9.790/99, por sua vez, refere-se às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Nos termos do seu art. 1.º, essa qualificação

também é de exclusividade das pessoas jurídicas sem fins lucrativos (isto é, eventuais excedentes operacionais, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, devem ser aplicados integralmente na consecução do respectivo objeto social, não havendo distribuição entre sócios, diretores, consultores etc.).

2.2.2 A escrituração contábil da entidade sem finalidade de lucros

A contabilidade é a ciência que objetiva o estudo do patrimônio das entidades, e por meio deste estudo têm-se um sistema de informação e avaliação designado a fornecer a seus usuários demonstrações e análise de natureza econômica e financeira.

Conforme Padoveze (2004, p. 29), a contabilidade é “o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”.

Segundo Marion (2006, p. 23)

a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Marion (2006) ressalta ainda, que os documentos contábeis, derivados da escrituração contábil, têm a finalidade de expor às pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários) os principais fatos registrados em determinado período.

Argumenta Iudícibus (1997), que os objetivos da Contabilidade poderiam estar alicerçados em duas abordagens distintas:

Ou consideramos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

A escrituração contábil é obrigatória para todas as organizações, sejam elas com finalidade de lucros ou não, conforme definidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. Ainda que não tenham uma legislação própria, a contabilidade das entidades sem fins lucrativos deve ser mantida de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e é regida pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades

Anônimas), mas com características atípicas, que foram regularizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (MACHADO, 2008, p. 77).

De acordo com o item 5 da ITG 2002:

Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros, os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS *full*) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

Portanto, a escrituração contábil da entidade deve ser feita por profissional contábil habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, pois “se trata de uma atividade profissional que exige conhecimentos técnicos específicos, especialmente no que se refere ao atendimento das formalidades exigidas pela legislação” (AFINCO, 2003).

De acordo com o item 23, da ITG 2002, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros são:

1. Balanço Patrimonial - BP;
2. Demonstração de Resultado do Exercício - DRE;
3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, que poderá ser incluída na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

A Lei nº. 11.638/2007 apresentou duas novas demonstrações financeiras obrigatórias: a Demonstração de Fluxo de Caixa, em substituição a DOAR, que passou a ser facultativa, e a Demonstração do Valor Adicionado, obrigatória somente para as companhias abertas, instituídas em 31 de dezembro de 2007. Segundo a Lei 6.404-76, as demonstrações contábeis são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa perante os acionistas, o governo e a comunidade em geral.

As entidades sem fins lucrativos, de acordo com as Normas Brasileira de Contabilidades T 10.4 e 10.19, apresentam termos e contas característicos que são representados em seus demonstrativos.

As organizações sem fins lucrativos têm imunidade tributária conforme Constituição Federal artigo 150, VI, "C":

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) (2004) delimita algumas características básicas que essas entidades apresentam, tais como:

- a) Promoção de ações voltadas ao bem estar comum da sociedade;
- b) Manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) Atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) Aplicação de recursos das atividades econômicas que por ventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do estado.

O artigo 14, do Código Tributário Nacional, estabelece que deve ser mantida a escrituração das receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão como um dos requisitos para se beneficiar da isenção do pagamento do imposto de renda das pessoas jurídicas de fins educacionais e assistência social.

Para gozar da imunidade tributária concedida pela legislação as entidades sem fins lucrativos estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

1. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
2. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
3. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros que assegurem a respectiva exatidão;
4. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
5. Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da secretaria da receita federal;
6. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
7. Assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público; Outros requisitos,

estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se o enquadramento metodológico do estudo seguido dos procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é um processo de aprendizagem e por meio dela o pesquisador pode praticar métodos científicos, porém é denominada pesquisa científica, somente se esta seguir rigorosamente o método científico (PINHEIRO, 2010).

É indispensável a utilização de procedimentos metodológicos ao realizar-se uma pesquisa. “A metodologia pode ser entendida como ciência e a arte de como desencadear ações de forma a atingir os objetivos propostos para as ações que devem ser definidas com pertinência e objetividade” (VIANNA, 2001, p. 95).

Assim, definido o tema e objetivos traçados, é importante que seja descrita de que forma será a pesquisa e como serão atingidos os objetivos. “A metodologia tem como função apontar caminhos para a pesquisa, ajudando a refletir para um novo olhar sobre a investigação” (BUSNELLO; RAMOS; RAMOS, 2003, p. 25).

Deste modo, foi possível classificar esta pesquisa quanto à abordagem do problema, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

A tipologia de pesquisa quanto aos objetivos foi a pesquisa descritiva que segundo Silva e Menezes (2000, p.21), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sendo assim esta metodologia é corretamente aplicado ao tema desta pesquisa, sobretudo nas características de observação e análise dos fatos que busca descrever as informações sem quaisquer interferências do pesquisador.

Este trabalho compreende, quanto à sua abordagem do problema, uma pesquisa qualitativa, onde, de acordo com Busnello, Ramos e Ramos (2003, p. 25), “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzido em números. A interpretação do objeto e a atribuição de significados são básicas na pesquisa qualitativa”.

Oliveira (1999, p. 117) afirma que:

As pesquisas que se utilizam a abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuição no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Optou-se também por um estudo de caso com o intuito de conhecer de perto e avaliar o projeto de responsabilidade social da ACTU.

O estudo de caso focaliza uma descrição e explicação aprofundada do assunto, pois parte de uma base teórica bastante discutida. Apresenta melhor resultado, pois reúne uma maior quantidade de informações detalhadas, onde se pode aplicar diferentes técnicas, captando, quase totalmente, a situação em estudo e sua complexidade (GOLDENBERG, 1997).

Ressaltasse que o estudo apresenta-se como estudo de único caso. Roesch (2005, p. 197) define: “o estudo de caso não é um método, mas a escolha de um objeto a ser estudado. O estudo de caso pode ser único ou múltiplo e a unidade de análise pode ser um ou mais indivíduos, grupos, organizações, eventos, países ou regiões”.

Sendo assim foram adotados como instrumentos da pesquisa o estudo de caso e pesquisas bibliográficas.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para o cumprimento dos objetivos traçados, foram analisados dados fornecidos pela ACTU referente ao projeto “A Fantástica Viagem da Turminha do Futuro Rumo ao Mundo do Saber”. Os aspectos a serem abordados serviram para embasar uma avaliação referente a investimentos, pessoal envolvido e resultados obtidos.

4 ESTUDO DE CASO “A FANTÁSTICA VIAGEM DA TURMINHA DO FUTURO RUMO AO MUNDO DO SABER”

O Projeto de Responsabilidade Social Turminha do Futuro é desenvolvido pelas Empresas de Transporte Coletivo Urbano do município de Criciúma, Auto Viação Critur, Expresso Coletivo Forquilha, Expresso Rio Maina, Zelindo Trento e Cia, todas associadas na ACTU.

4.1 ASSOCIAÇÃO CRICIUMENSE DE TRANSPORTE URBANO – ACTU

A ACTU é uma associação civil criada a partir da união de esforços das empresas operadoras do transporte urbano de Criciúma.

Fundada em julho de 2004 a Associação Criciumense de Transporte Urbano - ACTU foi criada a partir da necessidade de se fundirem ideais e objetivos das empresas que atuam no Transporte Coletivo Urbano de Criciúma.

A Auto Viação Critur Ltda, Expresso Coletivo Forquilha Ltda, Expresso Rio Maina Ltda, Transporte Coletivo São Marcos Ltda e Zelindo Trento e Cia Ltda, são as empresas fundadoras da ACTU.

São objetivos da associação:

- Representar as empresas fundadoras perante a sociedade;
- Defender seus interesses em comum;
- Interagir e conjugar esforços com outras entidades da sociedade;
- Gerenciar o sistema de bilhetagem eletrônica;
- Administrar o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC;
- Acompanhar todo o sistema de transporte urbano de Criciúma.

Entre as várias funções da ACTU está a operacionalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

O Sistema de Bilhetagem Eletrônica permitiu uma nova era tecnológica para as empresas de ônibus, seus clientes e para a operadora do sistema em Criciúma.

4.2 DA FILANTROPIA À RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2003, as empresas concessionárias do transporte Coletivo Urbano de Criciúma, sentiram a necessidade de unirem-se para a formação da ACTU com o

objetivo de implantar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica e manter a prática de desenvolver ações sociais junto aos colaboradores e a comunidade local.

Buscando um diferencial e uma contribuição à sociedade de Criciúma, a ACTU desempenha ações sócio-culturais como Projeto Vozes em Canto em parceria com o Festival Internacional de Corais, Campanha do Agasalho em parceria com Cruz Vermelha, Hora do Conto. (ACTU, 2012)

Em paralelo a essas ações, a gestão executiva da ACTU trabalha no desenvolvimento de ferramentas para a melhoria contínua da tecnologia e gerenciamento de informações. Exemplo disso é o software de gestão do SAC – Sistema de Atendimento ao Cliente e o *chat on Line* onde o cliente pode esclarecer suas dúvidas em tempo real, desenvolvidos especialmente para atender as reais necessidades dos clientes do Transporte. (ACTU, 2012)

4.2 PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2004 surgiu a ideia de desenvolver um Projeto de Responsabilidade Social que fosse um diferencial na sua contribuição à sociedade de Criciúma.

Mensalmente o comitê de *marketing*, assim intitulado pelas empresas, se reúne para definir estratégias e ações visando à melhoria do transporte coletivo de passageiros. (ACTU, 2012)

Este comitê é formado pelos diretores das empresas, equipes de recursos humanos, assessorias de *marketing*, publicidade e imprensa. Surgiu a proposta de desenvolver um projeto de responsabilidade social com crianças e um ônibus, haja vista ser este, o instrumento de trabalho das empresas. (ACTU, 2012)

Baseando-se nas muitas solicitações, por parte das escolas, para conduzir os alunos para visitarem o Museu Augusto Casagrande e o estádio do Criciúma Esporte Clube, surgiu a ideia de organizar um cronograma de viagem para atender a esta solicitação. Desta forma, o projeto foi elaborado com o propósito de ser estruturado sobre um ônibus que fosse meio de transporte, mas também uma escola continuada, agente de turismo e promotora de aventuras pelos caminhos do município. (ACTU, 2012)

A pedagoga Iracema de Lorenzi Cancelier Zomer, com sua vasta experiência na área da educação idealizou a mais fantástica e emocionante viagem das crianças de Criciúma ao “Mundo do Saber” criando um novo método de ensinar

escrevendo o projeto “a fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber” na área da educação e com crianças do nosso município. (ACTU, 2012)

Este Projeto está mudando a imagem das empresas de ônibus nas comunidades do município de Criciúma, ao criar nas centenas de crianças do sul de Santa Catarina maior respeito às pessoas, ao meio ambiente e, aos bens públicos.

Despertar lideranças, incentivar a criança a conhecer, a compreender a realidade, a sonhar e a transformar é o grande desafio deste projeto e das empresas de ônibus de Criciúma, e o que faz acreditar na sustentabilidade da comunidade onde está inserida.

4.3 ESTRUTURAÇÃO E INFRAESTRUTURA FÍSICA

Para o projeto, foram desenvolvidas temáticas para as viagens dos estudantes abrangendo aspectos socioeconômicos, geográficos e políticos da cidade. As viagens temáticas foram divididas em 7:

1. Voltando no tempo – sobre os aspectos históricos do município;
2. Estudando nossa terra – sobre aspectos físicos e territoriais;
3. Nosso povo e nossa gente – sobre aspectos demográficos;
4. De onde vem o nosso sustento – sobre aspectos econômicos;
5. Fazendo nosso município funcionar – sobre os aspectos de infraestrutura e serviços públicos;
6. Coisas da nossa terra – sobre aspectos culturais, folclóricos e turísticos;
7. Alguém precisa cuidar de nosso município – sobre aspectos político-administrativos. (ACTU, 2012)

Nas viagens são distribuídos materiais didáticos necessários para a viagem ao “mundo do saber”, que são:

- Livro do aluno 1 – conta a história do município
- Livro do aluno 2 – contém atividades cognitivas e de entretenimento
- Livro do professor – oferece as bases teóricas e os postulados pedagógicos daquilo que se agrega e realiza no e por meio dos livros do aluno.
- DVD institucional – apresenta o projeto Turminha do Futuro. (ACTU, 2012)

Figura 4 – Material didático.



Fonte: www.turminhadofuturo.com.br – 2013.

Além do material didático, também é distribuída uma mochila personalizada contendo estojo com lápis, borracha e régua, para cada criança e professor de classe.

Figura 5 – Mochila personalizada.



Fonte: www.turminhadofuturo.com.br – 2013.

O projeto ganhou materialidade com o desenvolvimento do Amarelinho, conforme Figura 6, que é um ônibus preparado para receber e transportar 40 crianças, incluindo cadeirantes. Projetado em forma de anfiteatro, está adaptado com os mais modernos recursos de comunicação e mídia, além de oferecer

estrutura para que os alunos e professores possam lanchar do lado de fora do ônibus.

Figura 6 – Ônibus Amarelinho.



Fonte: www.turminhadofuturo.com.br – 2013.

A duração das viagens são de 4 horas, e durante este período, é servido um lanche balanceado e preparado de acordo com orientação de nutricionista especializado. Para o lanche os alunos e professores podem se sentar em bancos desmontáveis fora do ônibus.

4.4 CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Não basta distribuir material didático para os professores e alunos, todo professor sonha trabalhar no ensino com uma realidade – o concreto, ou seja, levar o aluno a ver na realidade o que se ensina. Pensando nesse sonho do professor o projeto capacita recursos humanos que atuam na “fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber”, direta ou indiretamente. Professores, diretores, assessores de direção, direção, educadores, pedagogos, assistentes pedagógicos, coordenadores de ensino recebem treinamento sobre toda a metodologia do projeto. Também os pais recebem informações sobre o projeto para que saibam o quê, onde e por quê das viagens com o Amarelinho (ônibus exclusivo para as viagens).

Anualmente a ACTU promove a capacitação para os professores e diretores das escolas participantes do projeto de responsabilidade social “a

fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber”. Em 2013, diretores e professores de 12 escolas participaram de capacitação para o projeto.

Figura 7 – Capacitação de professores em 2013.



Fonte: www.turminhadofuturo.com.br – 2013.

É condição essencial que o Pai ou Responsável autorize a participação do aluno, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Resolução nº 196 de 10/10/1996 – Ministério da Saúde – Conselho Nacional da Saúde.

4.5 OS INVESTIMENTOS

As empresas associadas a ACTU financiaram todo o projeto desde a criação, formatação, aquisição e preparação do Amarelinho, do mobiliário, dos recursos de multimídia e seus custos operacionais. Responsabilizam-se também pelo material pedagógico, pela impressão dos livros, pelos profissionais que atuam e pelo custeio do projeto. Elas consideram tais dispêndios como investimento, dentro de seu programa de responsabilidade social.

Também os custos de desenvolvimento do projeto, como mão-de-obra, incluindo pedagogo, motorista e pessoal de apoio na retaguarda, bem como os custos operacionais de combustível, manutenção, seguros e licenciamentos, são assumidos pelas empresas associadas.

Para melhor visualização, apresenta-se os valores de investimentos iniciais do projeto:

Quadro 2 – Investimento inicial no projeto Turminha do Futuro

Descrição	Valores
Formatação do Projeto	R\$ 251.804,20
Preparação do Amarelinho	R\$ 123.970,00
Operacionalização do Projeto 2007	R\$ 118.040,00
Total	R\$ 493.814,20

Fonte: Associação Criciumense de Transporte Urbano – ACTU – 2007.

Além dos investimentos iniciais, existem as despesas com o lanche das crianças de R\$ 63.000,00 e R\$ 273.740,00 para a manutenção do projeto desde a implantação até 2011. Portanto, o investimento financeiro no projeto no período 2007-2011 somam um total aproximado de R\$ 830.554,20. Esses dados foram fornecidos por Vilson Donizete do Amaral – Auxiliar Financeiro da ACTU.

4.6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados atingidos desde o início da implantação do projeto em 2007 podem ser mensurados de forma quantitativa e qualitativamente. Em se tratando de números, o registro de todos os sujeitos que participaram das 731 viagens realizadas até o dia 30 de junho do corrente ano, e, pelas quais foram atendidas 91 escolas. São informações que se encontram cuidadosamente arquivadas na sede da ACTU.

Em termos qualitativos apresenta-se os depoimentos de alunos, pais, professores, visitantes e representantes da comunidade que viajaram com a Turminha e vivenciaram uma aula viva, deixando seu registro em forma de avaliação escrita num instrumento específico usado em todas as viagens – para todos os passageiros.

Os colaboradores internos que fazem parte da ACTU participam das viagens em seus dias de folga. Demonstram entusiasmo com o projeto, envolvendo-se em diversas atividades propostas. Passaram a valorizar mais e orgulhar-se da empresa. O projeto é um diferencial que mostra engajamento no trabalho voluntário. Um exemplo é o comentário do colaborador Tiago Mendes Soares:

O meu trabalho na Associação Criciumense de Transporte Urbano – ACTU iniciou em 2005, comecei como atendente e sempre gostei de trabalhar nesta empresa. Quando o projeto da Fantástica Viagem da Turminha do Futuro Rumo ao Mundo do Saber iniciou, eu me encantei por ele, me senti

ainda mais feliz por trabalhar em uma empresa que valorizava a educação, acredito que quando estamos felizes com nosso trabalho, produzimos muito mais. Com o passar do tempo eu fui promovido, passei a me aproximar do projeto cada vez mais, em 2010 fui convidado para apresentar a ACTU para as crianças do projeto, juntamente com minha supervisora Karla Rejane Machado Pessoa. Achei incrível, me senti ainda mais valorizado, a princípio tive um pouco de medo, pois, eu não sabia como falar com as crianças, mas logo fiquei tranquilo, pois recebi capacitação pedagógica para isso. Sinto-me grato por poder participar deste projeto. Para ensinar, primeiro eu tive que aprender, depois tive que aprender a ensinar e enquanto eu ensino descubro que continuo aprendendo. (Tiago Mendes Soares, Colaborador da Associação Criciumense de Transporte Urbano – ACTU, em 10/08/2010).

Na Figura 8 Tiago Soares e Karla Rejane Machado Pessoa estão mostrando para as crianças como funciona a ACTU.

Os empresários e seus colaboradores mostram como funciona o escritório, a almoxarifado, o posto de combustível, oficinas, lavação entre outras. São aulas em espaços reais com profissionais que atuam nas empresas e falam de suas tarefas e funções.

Figura 8 – Apresentação da ACTU para as crianças



Fonte: ACTU – 2012.

O Quadro 3 apresenta os números que mostram a realidade alcançada na quantidade de pessoas participantes das viagens realizadas pelo projeto “A Fantástica Viagem da Turminha do Futuro Rumo ao Mundo do Saber”:

Quadro 3 – Participantes das viagens do projeto desde sua implantação

Participante/Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Alunos	415	889	572	605	525	417	3423
Professores	16	34	25	27	28	18	148
Pais	84	63	196	245	69	05	662
Representantes da Comunidade	81	49	147	70	89	03	439
Total	596	1035	940	947	711	443	4672

Fonte: Associação Criciumense de Transporte Urbano – ACTU – 2012

O Quadro acima mostra o alcance do projeto, com o número de pessoas que acompanharam as viagens de estudo até o presente momento. Num total de 4.672 pessoas, entre alunos, pais, professores e demais acompanhantes constata-se que o foco do projeto está nos alunos, que representam 73% do total de pessoas. Mas, é preciso destacar também a importância para o projeto dos diferentes sujeitos envolvidos, são alunos, pais, professores, representantes da comunidade, empresários e colaboradores que estabelecem um diálogo e partilham conhecimentos. Os empresários e colaboradores internos das empresas estão contabilizados na categoria representantes da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades sem finalidade de lucro têm um papel importante, com a principal finalidade de motivar mudanças nas pessoas e, portanto na sociedade.

A responsabilidade social é uma forma de administrar os negócios em que transforma a empresa co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de atender os interesses dos acionistas, colaboradores, fornecedores, consumidores, comunidade e meio ambiente, e conseguir aliá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas.

Os aspectos que abordam as relações entre empresa e responsabilidade social compõem um panorama decisivo no que se refere a continuidade das empresas. O ambiente de transformações históricas exige da sociedade um comportamento consciente, assim como da contabilidade como ciência, propriamente dita.

A contabilidade tem um papel importante nas empresas socialmente responsáveis, pois as demonstrações contábeis tornaram-se instrumentos significativos para obtenção de informações sobre as organizações. As informações financeiras e econômicas trazem transparência às ações realizadas e auxilia na tomada de decisões.

O presente estudo se dispôs a apresentar um projeto de responsabilidade social de uma associação, onde os empresários das empresas associadas disponibilizaram recursos para viabilizar o projeto e se propuseram a dar uma contribuição efetiva para a comunidade onde as empresas atuam. Ao inscrever o projeto a Fantástica Viagem da Turminha do Futuro Rumo ao Mundo do Saber no âmbito da responsabilidade social beneficiam a sociedade nos aspectos econômicos, ambiental, político e social, mas também agregam valor às empresas.

O Projeto “A fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber” desde 2007 até 2012 já contemplou mais de 4.500 pessoas e mais de 70% são alunos e os outros 30% estão divididos entre pais, professores e representantes da comunidade. Neste sentido, os aspectos positivos do projeto o habilitaram a vencer o Prêmio Ser Humano 2011, na categoria Projetos Sociais pelo projeto de responsabilidade social em Santa Catarina, prêmio este que visa promover o desenvolvimento humano e das organizações.

O problema a ser esclarecido era qual a ação de Responsabilidade Social adotada pela Associação Criciumense de Transporte Urbano - ACTU, e este pode ser esclarecido por meio dos objetivos específicos, analisando importância de um ambiente de responsabilidade social e descrevendo o projeto de responsabilidade social “a fantástica viagem da turminha do futuro rumo ao mundo do saber”.

Diante da pesquisa realizada conclui-se que a responsabilidade social ainda está crescendo no cenário socioeconômico da atualidade, e que a prática de ações sociais está apresentando como uma nova forma de gestão e como fonte de confiabilidade para a imagem das empresas.

REFERÊNCIAS

ACTU. **Quem somos**. 2012. Disponível em: <<http://www.actu.com.br/quem.php>>. Acesso em: 10 set. 2013.

ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. **Corporate reporting practices in Western Europe; legitimating corporate behavior?** The British Accounting Review: 1998.

ADAMS, T. **Responsabilidade social e ética nas organizações**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2007.

AFINCO - **ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**. Disponível em: <<http://www.afinco.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ALENCAR, Alessandra Leles Cunha. **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao terceiro setor: um estudo com as fundações Amazonas Sustentável, ORSA e Instituto Imazon**. 2012. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Católica de Pernambuco.

ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social**. Rio de Janeiro. Relato setorial nº 2. BNDES. Área de desenvolvimento social, mar. 2000.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Considerações teóricas sobre gestão da responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRASIL. **Código civil**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. **Código tributário nacional, constituição federal e legislação tributária**. 16. ed. rev., ampl. e atual São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/polrhs/Normas/Lei_9637_1998.htm>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Lei n. 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades anônimas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BUSNELLO, Saul José; RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria. **Manual prático de metodologia da pesquisa**: artigo, resenha, projeto, tcc, monografia, dissertação e tese. Blumenau, SC: Acadêmica Publicações, 2003.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. **Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES1.003.DOC>. Acesso em: 10 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012. **ITG 2002. Dispõe sobre entidade sem finalidade de lucros**. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1409.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa**: geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006. 166 p.

DELATORRE, Rafael Martín. **Mensuração do resultado social no contexto das organizações do terceiro setor**. 2002. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade de São Paulo.

DINATO, M. R. Consumo Sustentável e o Sistema Produto-Serviço para um outro desenvolvimento. Anais do XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Atibaia, São Paulo, 2006.

FALCONER, Andrés Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**: um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações sem fins lucrativos e do seu Campo de Gestão. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, 1999.

FEDATO, Maria Cristina Lopes. **Responsabilidade social corporativa**: benefício social ou vantagem competitiva? Dissertação (mestrado) – Departamento de administração da faculdade de economia administração e contabilidade. Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: USP, 2005.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público**: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração**. São Paulo v. 33, n. 1, p. 12-19, jan/mar, 1998.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Massachusetts: Pitman, 1984.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade social e o social: uma discussão sobre o papel das empresas.** São Paulo: Saraiva, 305 p., 2007.

HANIFFA, R. M.; COOKE, T. E. **Culture, corporate governance e disclosure in Malaysian corporations.** ABACUS, v. 38, 2005.

INSTITUTO ETHOS. **Empresas e responsabilidade social.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUCIO, P. B; SAMPIERI, R. H. e COLLADO, C. F. **Metodologia de Pesquisa.** 3 ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Beneficentes de Assistência Social.** 2º ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 12.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de entidades de fins não lucrativos.** Boletim IOB -Temática contábil e balanços. São Paulo: 2008.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César. **Responsabilidade social & cidadania empresarial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MOYSÉS FILHO, J. E.; RODRIGUES, A.L.; MORETTI, S.L.do A. **Gestão social e ambiental em pequenas e médias empresas: influência e poder dos stakeholders.** REAd, Ed. 68, v. 17, n. 1, p. 204-236, jan./abr. 2011.

MUSSOLINI, Luiz F. **A função social da Contabilidade.** In Revista Brasileira de Contabilidade. CFC Novembro de 1994. Ano XXIII, nº 89.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica – Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

PADOVEZE, Luís Clóvis. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004

PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor. Informações sobre as OSCs – Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <www.rits.org.br/idac.rits.org.br/idac_info.html> Acesso em: 10 set. 2013.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão dos Stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa.** São Paulo: Saraiva, 2010.

ROESCH, S. M.A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudo de caso.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração.** São Paulo v. 33, n. 1, p. 5-11, jan/mar, 1998.

SANTOS, Boa Ventura S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras; SAUERBRONN, João Felipe. Estratégias de responsabilidade social e esfera pública: um debate sobre stakeholders e dimensões sociopolíticas de ações empresariais. In: **Revista de Administração Pública – RAP.** Mar/Abr 2011. Rio de Janeiro: 2011.

SAVAGE, ET AL. **Strategies for assessing and managing organizational stakeholders.** Academy of Management Executive, 1991.

SERPA, D. A.F.;FOURNEAU, L. F.. **Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor.** Rev. Adm. Contemp. 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. - **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SOARES, Tiago Mendes. **Responsabilidade social e o impacto na imagem de uma empresa de transporte coletivo urbano: um estudo de caso no município de Criciúma – SC.** 2013.102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Universidade do Extremo Sul Catarinense.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais,** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Peirópolis, 2002.

TRINDADE, Larissa de Lima; BRONDANI, Gilberto. **Custos ambientais: Um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação.** Universidade Federal de Santa Maria, Revista Universo Contábil; Vol. 5, No 1. 2009.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001.

ZOMER, Iracema de Lorenzi Cancelier Zomer. **Projeto a Fantástica viagem da Turminha do Futuro ao mundo do saber.** Criciúma: Empresa de Transporte Coletivo, ACTU, 2007.

_____. **A Fantástica Viagem da Turminha do Futuro ao mundo do saber.** Livro do aluno 1. Criciúma: Empresa de Transporte Coletivo, ACTU, 2007b.

_____. **Livro do aluno 2 – Atividades, Jogos e passatempos.** Criciúma: Empresa de Transporte Coletivo, ACTU, 2007c.

_____. **Livro do Professor.** Criciúma: Empresa de Transporte Coletivo, ACTU, 2007d.

_____. **A turminha do Futuro:** uma viagem com as crianças pelo município de Criciúma em Santa Catarina. In: V Congresso Internacional de Educação UNIBAVE: Criatividade e Inovação, Orleans SC, 2011. [mimeo].

ANEXO

ANEXO A – ITG 2002

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ITG 2002 – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS

Contexto

1. Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.
2. A entidade sem finalidade de lucros é aquela em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo, resultado proveniente da confrontação das receitas com as despesas, é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit.
3. Essa entidade é constituída sob a forma de fundação de direito privado, associação, organização religiosa, partido político e entidade sindical.
4. A entidade sem finalidade de lucros exerce atividades de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.
5. Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros, os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS full) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.
6. Não estão abrangidos por esta Interpretação os Conselhos Federais, Regionais e Seccionais de profissões liberais, criados por lei federal, de inscrição compulsória, para o exercício legal da profissão.

Alcance

7. Esta Interpretação destina-se a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Previdência, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais.
8. Esta Interpretação aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores, sendo, requisito básico, aglutinarem voluntariamente pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, unidas em prol de uma profissão ou atividade comum.

Reconhecimento

9. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência.
10. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Registros contábeis

11. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com ou sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

12. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, contribuição para custeio e investimento, bem como da isenção, incentivo fiscal registrados no ativo deve ser em conta específica do passivo.
13. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.
14. Os benefícios concedidos a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas junto aos órgãos governamentais.
15. A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.
16. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.
17. A bolsa de estudo, concedida como gratuidade escolar, deve ser reconhecida pelo valor da mensalidade efetivamente praticada.
18. Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por órgãos governamentais e usuários em geral.
19. A dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetários, no caso das Fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social.

20. O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.
21. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000 que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.
22. Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS full), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10.

Demonstrações contábeis

23. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.
24. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido; e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit. Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período.
25. Na demonstração do resultado, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.
26. Na demonstração dos fluxos de caixa, as doações dos associados devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.

Contas de compensação

27. Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil.

Divulgação

28. As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:
- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
 - (c) as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção;
 - (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
 - (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes destes;
 - (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
 - (g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
 - (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - (i) informações sobre os seguros contratados;
 - (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
 - (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil ou econômica;

- (m) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (n) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas junto aos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos e qualitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (o) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor recebido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Disposições finais

29. Esta Interpretação Técnica consolidada e revoga as NBC T 10.19 - Entidades Sem Finalidade de Lucros, 10.4 – Fundações e NBC T 10.18 – Entidades Sindicais e Associações de Classe.